Notícias do dia 05 de maio

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Sumário

Número de notícias: 5 | Número de veículos: 5

O POPULAR - GO - NOTÍCIAS/POLÍTICA
TCE - GO
Previsão de superávit é 85% menor que a de 2023 3

DIÁRIO DE APARECIDA - GO - ESTADO
TCE - GO
Três rodovias são as primeiras beneficiadas com Fundeinfra 5

GAZETA DO ESTADO IMPRESSO - GO - GERAL
TCE - GO
Governador Ronaldo Caiado anuncia três primeiras obras com recursos do Fundeinfra 6

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Autoridades lançam Compromisso Tocantinense pela Primeira Infância 7

A REDAÇÃO - GO - ÚLTIMAS NOTÍCIAS
TCE - GO
Gaepe recomenda obrigatoriedade de CPF nas matrículas escolares de Goiás 9

Previsão de superávit é 85% menor que a de 2023

ElisamaXimenes elisama.ximenes

A previsão de superávit na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024 é 85% menor do que o governo estadual previu para 2023. A proposta que chegou à Assembléia Legislativa de **Goiás** (**Alego**) na semana passada traz a expectativa de resultado primário de aproximadamente RS 185 milhões no ano que vem.

A LDO de2023 trazia R$ 1,2 bilhão de previsão superavitária. Segundo a Secretaria de Estado da Economia, quedas na arrecadação provocadas pelas mudanças no Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** (Ipasgo) e no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o aumento de despesas ocasionadas por normas federais e por novos programas sociais influenciaram.

A previsão feita para as receitas primárias para **Goiás** em 2024 é de R$ 38,4 bilhões. O valor é maior do que o previsto para 2023, de R$ 37 bilhões. O crescimento de R$ 1,4 bilhão não foi o bastante para garantir um resultado primário mais folgado como o do ano passado. A questão está nas despesas, que aumentaram de R$35,8 bilhões para RS 38,2 bilhões - uma diferença de R$ 2,4 bilhões.

No texto, o governo justifica que as projeções contidas na LDO acompanham um cenário "desafiador e de muita cautela para o estado de **Goiás**, não somente sobre a atividade econômica, mas também no tocante à responsabilidade fiscal".

"As incertezas quanto à conjuntura macroeconômica tenderão a manter as taxas de juros elevadas por um período de tempo maior, impactando negativamente o ritmo de crescimento brasileiro e, consequentemente, do estado de **Goiás**", acrescenta a **administração estadual**.

Um dos fatores que influenciaram foi a queda na arrecadação com ICMS. No ano passado, o governo federal sancionou uma lei que limitou a alíquota cobrada sobre combustíveis, comunicação, transportes e energia em 17%. Só em 2022, o estado perdeu R$ 2,4 bilhões.

O governo federal pactuou com os estados, neste ano. a compensação de parte das perdas. referente ao período de julho a dezembro de 2022. **Goiás** receberá cerca de RS 1,59 bilhão. No entanto, o valor será repassado em parcelas nos próximos dois anos. Em 2023, o esta- do receberá RS 543 milhões; em 2024. R$ 697 milhões; e em 2025, R$348 milhões.

De acordo com o documento, em relação ao exercício de 2020, o acréscimo anual na despesa de 2022 e 2023, respectivamente, devido à alteração no ICMS, foi de R$746 milhões e RS 1,4 bilhão, respectivamente.

DESPESAS

O governo também lista entre os motivos para a queda no superávit outras despesas geradas por leis federais. Entre elas, os pisos do magistério e da enfermagem. e o efeito cascata gerado pelo reajuste dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). No último caso, ainda em comparação com 2020, o impacto em 2023 é de R$ 39 milhões.

O STF estabeleceu aumento de 18% no salário dos ministros, que passarão a receber R$ 46,4 mil a partir de 2025, de acordo com a lei federal n° 14.520, sancionada neste ano.

A comparação com 2020 se deve ao fato de que esse é o ano-base do teto de gastos da Lei Complementar 156/2016.0 governo também mostra o aumento de gastos com programas sociais que, de 2020 a 2023, foi de aproximadamente R$ 1,7 bilhão. O impacto de todos esses aumentos é de R$ 5,2 bilhões.

PLANO

Outro fator que influenciou na queda do superávit foi a lei, recentemente aprovada, que mudou a natureza jurídica do Ipasgo, que deixou de ser autarquia e passou a ser serviço social autônomo (SSA). A alteração foi feita após determinação do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**-GO).

A corte de contas determinou que o estado não poderia mais incluir os recursos do Ipasgo na Receita Corrente Líquida (RCL), já que a contribuição para o plano de saúde pertence ao usuário. A gestão estadual, então, decidiu que o Ipasgo deixaria de ser autarquia para que as receitas não fossem incluídas.

Com a aprovação da lei, todas as fontes de receitas associadas ao instituto foram excluídas a partir de junho de 2023, o que exclui a arrecadação também da previsão de diretrizes orçamentárias para 2024, com o Ipasgo completamente fora do orçamento. As despesas com o instituto também foram excluídas, mas a queda foi de 1,28% em relação a 2023.

O projeto da LDO chegou à **Alego** no fim da semana passada, jáno prazo final para seu envio. A norma deve ser enviada ao legislativo até o fim de abril. O POPULAR apurou que o que influenciou nesse atraso foi a espera pelo desenrolar da ação no STF que chegou a suspender a cobrança da taxa do agro.

O texto só foi lido pela Casa na sessão de quarta-feira (3). No entanto, a matéria segue indisponível para a população porque o portal da transparência e o Opine Cidadão, onde ficam disponíveis os projetos de lei e sua tramitação, estão fora do ar desde terça-feira (2) (leia mais nesta página).

Oprojetovai passar primeiro pela Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento, presidida pelo deputado Renato de Castro (UB). O relator do projeto será definido por ele e pelo líder do governo, Wilde Cambão (PSD), segundo informou o presidente da **Alego**, Bruno Peixoto (UB).

Questionado se haverá urgência na votação do projeto, Peixoto disse que irá discutir o assunto com Cambão, nesta sexta-feira (5), para definir.

Portal da transparência da **Alego** entra em manutenção

O portal da transparência, o Opine Cidadão e o Diário da Assembléia, disponíveis no site da Assembléia Legislativade **Goiás** (**Alego**), estão fora do ar até o dia 8 de maio. Quem tenta acessá-los se depara com uma mensagem de que está em manutenção.

É no portal da transparência que a população consegue acessar dados de gastos da **Alego**, informações sobre licitações, contratos, despesa com pessoal, entre outros. O Opine Cidadão, por outro lado, é por onde se pode ter acesso à integrados projetos que tramitam na Casa. Nele, inclusive, o cidadão pode dar sua opinião sobre as matérias. Desde terça-feira (2), o Opine Cidadão está fora do ar e, na quarta, foi a vez do portal da transparência. Em nota, a **Alego** informou que a manutenção se deve a uma mudança de layout na plataforma e que deve voltar ao normal na segunda-feira (8). "A Diretoria de TI comunica que os sistemas: Transparência. Opine cidadão e Diário da Assembléia estão em manutenção, com previsão de normalização até 08/05/2023. Qualquer dúvida, entrar em contato com a Seção de Suporte ao Usuário no ramal 3018", diz a nota.

O presidente da Casa, deputado estadual Bruno Peixoto (UB), disse que foi informado da manutenção na manhã desta quinta-feira (4).

Presidente Bruno Peixoto (UB): relator do LDO ainda será definido

Orçamento

Veja a comparação da previsão na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024 em relação à de 2023 e a expectativa de pagamento das compensações de ICMS

Site: https://opopular.com.br/digital/05-maio-2023/1o-caderno

Três rodovias são as primeiras beneficiadas com Fundeinfra

O Conselho Gestor do Fundo Estadual de Infraestrutura (Fundeinfra) aprovou, em reunião na última quarta-feira, 3, a lista que contempla as três primeiras obras que serão realizadas com recursos financeiros das contribuições arrecadadas do setor produtivo.

São elas: a duplicação da GO-174, entre Rio Verde e Montividiu; a pavimentação da G0-4Ò1, na região do Rio Preto; e a pavimentação da GO- 309, entre Cristalina e Unaí, na divisa com Minas Gerais.

"Essa reunião foi importante para definirmos as primeiras obras e garantirmos a velocidade do governo em dar continuidade ao que está sendo feito com a contribuição dos produtores e também das minerações", disse o governador Ronaldo Caiado durante o encontro.

O chefe do Executivo estadual acrescentou que as rodovias estão em áreas produtivas com dificuldade logística para fazer chegar os produtos aos consumidores e também os insumos necessários para o plantio da safra.

Fundeinfra

O titular da Secretaria de Estado da Infraestrutura (Seinfra), Pedro Sales, disse que o conselho vai ter reuniões trimestralmente para aprovar outras obras. Ele enfatiza que as três primeiras obras vão atender o Sudoeste Goiano, em dois importantes trechos para o setor produtor de grãos, e a GO-309, em Cristalina, que abrange toda uma região produtora com um dos maiores PIBs agropecuários do Estado.

A reunião acertou ainda que a contratação dos serviços de supervisão para cada obra com recursos do Fundeinfra será necessária, conforme orientação do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**-GO).

Tanto a gestão técnica da fase executiva do empreendimento como o controle tecnológico e das interfaces administrativas serão acompanhados.

"Com tudo isso, a gente se coloca em segurança para atravessar o desafio com sucesso de deixar o Estado em um novo patamar de infraestrutura", disse o presidente da Goinfra, Lucas Vissotto.

A duplicação da GO- 174 é uma demanda antiga do Sudoeste Goiano para o escoamento de produtos, além de funcionar como porta de entrada para Rio Verde. Ela terá quatro pistas em pavimento rígido e extensão de 7,4 quilômetros, com valor estimado de R$ 62,4 milhões.

Já a pavimentação da GO-401 também atenderá a liberação expressa de produtos em uma área de mais de 61 mil hectares, dos quais 60°/o são ocupados por lavouras.

Serão pavimentados 33,52 quilômetros, com investimento de R$ 76.887.802,56.

A pavimentação da GO-309 visa fortalecer o Leste do Estado, que tem Cristalina como um dos líderes do Produto Interno Bruto (PIB) agropecuário do Brasil. A obra compreende uma extensão de 40 quilômetros e prevê investimentos na ordem de R$ 79.040.000,00. (Da Redação com informações da Seinfra)

Argumento é de melhorar rodovias para atender escoamento de produção

Site: https://diariodeaparecida.com.br/edicao-impressa-no3296/

Governador Ronaldo Caiado anuncia três primeiras obras com recursos do Fundeinfra

O Conselho Gestor do Fundo Estadual de Infraestrutura (Fundeinfra) aprovou, em reunião no Palácio das Esmeraldas, em **Goiânia**, a lista que contempla as três primeiras **obras** que serão realizadas com recursos financeiros das contribuições arrecadadas do setor produtivo. São elas: a duplicação da GO-174, entre Rio Verde e Montividiu; a pavimentação da GO-401, na região do Rio Preto; e a pavimentação da GO-309, entre Cristalina e Unaí, na divisa com Minas Gerais.

"Essa reunião foi importante para definirmos as primeiras **obras** e garantirmos a velocidade do Governo em dar continuidade ao que está sendo feito com a contribuição dos produtores e também das minerações", disse o governador Ronaldo Caiado durante o encontro. O chefe do Executivo estadual acrescentou que as rodovias estão em áreas produtivas com dificuldade logística para fazer chegar os produtos aos consumidores e também os insumos necessários para o plantio da safra.

"Vamos ter reuniões trimestralmente para aprovar outras **obras**", afirmou o titular da Secretaria de Estado da Infraestrutura (Seinfra), Pedro Sales. Para ele, as três primeiras **obras** vão atender o Sudoeste goiano, em dois importantes trechos para o setor produtivo de grãos, e a GO-309, em Cristalina, que abrange toda uma região produtora com um dos maiores PIBs agropecuários do Estado. A reunião acertou ainda que a contratação dos serviços de supervisão para cada obra com recursos do Fundeinfra será necessária, conforme orientação do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**-GO). Tanto a gestão técnica da fase executiva do empreendimento, como o controle tecnológico e das interfaces administrativas serão acompanhados. "Com tudo isso, a gente se coloca em segurança para atravessar o desafio com sucesso de deixar o Estado em um novo patamar de infraestrutura", disse o presidente da Goinfra, Lucas Vissotto. **OBRAS** A duplicação da GO-174 é uma demanda antiga do Sudoeste goiano, devido ao tráfego intenso de veículos pesados e da quantidade de indústrias localizadas em perímetro urbano. O trecho é considerado fundamental para o escoamento de produtos, além de funcionar como porta de entrada para Rio Verde. A **rodovia** terá quatro pistas (duas principais e duas marginais) e será construída em pavimento rígido, que garante maior resistência à flexão das placas. A obra terá extensão de 7,4 quilômetros, com valor estimado de R$ 62,4 milhões.

Já a pavimentação da GO-401 também atenderá a liberação expressa de produtos em uma área de mais de 61 mil hectares, dos quais 60% são ocupados por lavouras. Receitas apuradas em 2019 indicavam produção de R$ 460 milhões na região por meio da soja, do milho, da criação de gado e de granjas de aves e suínos. Serão pavimentados 33,52 quilômetros, com investimento de R$ 76.887.802,56.

Por fim, a pavimentação da GO-309 visa fortalecer o Leste do estado, que tem Cristalina como um dos líderes do Produto Interno Bruto (PIB) agropecuário do Brasil, destaque na produção de grãos, na geração de empregos e também no turismo. A obra compreende uma extensão de 40 quilômetros e prevê investimentos na ordem de R$ 79.040.000,00

Site: https://www.gazetadoestado.com.br/wp-content/uploads/sites/5/2023/05/Gazeta-5337.pdf

Autoridades lançam Compromisso Tocantinense pela Primeira Infância

Ao participar ontem (04/mai), em Palmas, do lançamento do Compromisso Tocantinense pela Primeira Infância, o **conselheiro Edson Ferrari**, presidente do Comitê Técnico da Primeira Infância (Instituto Rui Barbosa) enalteceu a iniciativa liderada pelo **TCE** daquele Estado. "É um passo inicial de uma caminhada que almejo seja permanente em favor da garantia e efetividade aos direitos da primeira infância. E faz isso da melhor maneira possível, envolvendo o Poder Executivo estadual, prefeitos, vereadores, o Ministério Público e outros atores sociais tanto agentes públicos quanto cidadãos".

O **conselheiro** falou sobre a importância do envolvimento dos prefeitos e dos gestores municipais "para fazer chegar a cada parte deste nosso país de dimensões continentais as ações em favor de expressiva parcela da população, que são as crianças e as gestantes e mães em situação de vulnerabilidade".

Ferrari rememorou o trabalho realizado quando esteve à frente do **TCE** de **Goiás** e nos últimos dois anos e à frente do Comitê da Primeira Infância, lamentando que, "apesar do espírito de solidariedade e de sensibilidade social que inseriu a prioridade absoluta à primeira infância no artigo 227 da Constituição Federal, em 1988, o Brasil, nos últimos quatro anos, promoveu a asfixia quase total dos direitos de suas crianças."

Ele lembrou que os tribunais de contas vêm desenvolvendo ações articuladas para avaliar e monitorar políticas públicas dirigidas à primeira infância, buscando conferir-lhes maior efetividade, através da correção de falhas e da sensibilização de diferentes atores sociais. O **conselheiro** Ferrari citou o intercâmbio de experiências e boas práticas entre os tribunais de contas, como o ocorrido entre **Goiás** e Tocantins, resultando em iniciativas como o Compromisso Tocantinense pela Primeira Infância.

Citando a importância da atenção que deve ser conferida às crianças de zero aos seis anos de idade - fase mais importante para a formação do ser humano, aí compreendida também a gestação - o **conselheiro** Ferrari assinalou que o grande desafio é "transformar a prioridade absoluta definida pela Constituição Federal para a primeira infância em ações concretas na pauta do poder público e da sociedade brasileira. É o nó cego que precisamos desatar".

Na sequência, referiu-se a um trabalho publicado pelo professor e **conselheiro** substituto do **TCE** de Mato Grosso, Luiz Henrique Lima, sobre a pobreza das crianças brasileiras a partir de um estudo publicado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef): As múltiplas dimensões da pobreza na infância e na adolescência no Brasil.

O professor mostra que o documento traça um retrato desolador e desafiador da situação das crianças e jovens brasileiros. O estudo do Unicef é inovador na medida em que não se limita à dimensão da pobreza monetária, que é medida a partir da renda familiar, pois mostra outros indicadores que expressam privações, exclusões e vulnerabilidades de direitos fundamentais, como alimentação, educação, trabalho infantil, moradia, água, saneamento e informação.

Indicadores ruins

O presidente do Comitê Técnico da Primeira Infância falou sobre os indicadores sobre a primeira infância no País, que já eram ruins antes da pandemia e agravaram-se após a Covid-19. Na maioria dos estados mais da metade das crianças e adolescentes sofre alguma espécie de privação não monetária e disso nem São Paulo, o mais bem posicionado, assegura os direitos de suas crianças. A falta de saneamento é o fator que mais agrava essa situação.

Edson Ferrari discorreu sobre o Portal da Primeira Infância criado pelo **TCE** de **Goiás** e que disponibiliza ao público, além dos indicadores nacionais, as planilhas de todos os estados e de todos os municípios brasileiros. Cada prefeito presente ao evento recebeu as informações de seu município sobre mortalidade infantil e na infância, mortalidade materna, saneamento básico, atendimento por equipes do programa saúde da família, vacinação e crianças em creches, dentre outros. E assim, a exemplo do que foi feito no evento de palmas.

Outros temas abordados por ele foram a necessidade de inclusão da primeira infância no orçamento público, sem a qual não há possibilidade de execução de nenhuma ação ou política pública. Ferrari denunciou o desmonte orçamentário promovido pela gestão federal encerrada ano passado em relação à assistência às

crianças. "A triste realidade é que a primeira infância foi praticamente excluída do orçamento da União. A coisa beira ao absurdo. É quase inacreditável quando se observa o item construção de creches. O orçamento de 2023 reserva apenas cinco milhões de reais, suficientes para a construção de, no máximo, cinco unidades".

O **conselheiro** relatou o trabalho conjunto da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil e do Instituto Rui Barbosa. "Levantamos e fizemos chegar ao vice-presidente da República, Geraldo Alckmin - que se comprometeu repassar ao Presidente Lula, um conjunto de medidas para se contrapor ao desmonte deliberado das ações federais no campo da proteção à infância, nos últimos anos." Também revelou que, em resposta a ofício que o Comitê Técnico encaminhou ao Governo Federal indagando sobre os recursos para a primeira infância no orçamento deste ano, a informação foi desoladora. Consta do documento oficial que, "apesar da relevância do tema e os esforços empregados, promover e realizar a vigilância qualificada do desenvolvimento infantil é um desafio constante. As ações orçamentárias que contribuem para o financiamento da Agenda da Primeira Infância não são exclusivas em sua maioria, e não existe orçamento exclusivo para tal. O orçamento global estimado para as ações voltadas para a Saúde da Criança, no ano de 2023, é de R$ 9.3 milhões e isso implica na cobertura de ações dos sete eixos do PNAISC, o que torna o desafio do cuidado integral da criança ainda maior".

A participação do **TCE**-TO na auditoria ordenada de 32 tribunais de contas do país sobre a estrutura da rede púbica de ensino, nos dias 24, 25 e 26 do mês passado foi evidenciada pelo **conselheiro** Ferrari como modelo de iniciativa que induz a administração pública a melhorar o atendimento à infância. "Ao divulgar os resultados dessa atuação o presidente do tribunal tocantinense, André Luiz de Matos Gonçalves, destacou que a fiscalização nas escolas tem o intuito de contribuir para que a gestão pública faça as melhorias necessárias, promova as adequações que forem apontadas e, assim, proporcionar uma educação de melhor qualidade às crianças tocantinenses.

As 18 escolas públicas inspecionadas pelo **TCE**-TO atendem a primeira infância, dada a prioridade que vem implementando este ano a essa faixa da população. Os dados apurados chamam a atenção para o fato de que mais de 73% das escolas estão inadequadas para o atendimento à primeira infância. Além disso os fiscais do **TCE**-TO encontraram problemas em mais de 60% dos banheiros; quase 80% das escolas não dispõem de rede de esgoto sanitário; telhados e paredes com infiltrações, iluminação e arejamento precários, sem vistoria do Corpo de Bombeiros, e deficiências nas cozinhas onde se prepara a merenda. Os dados preliminares do quadro nacional já apontam as mesmas deficiências, em maior ou menor grau, em praticamente todo o país.

Ao encerrar sua fala o **conselheiro** Ferrari elogiou o trabalho do presidente André Luiz e de sua equipe, em conferir prioridade à primeira infância na atuação do órgão durante sua gestão. E, citando mais uma vez o artigo do **conselheiro** mato-grossense, concitou os presentes a se empenharem na luta pela primeira infância: "Tenho esperança de que todos nós possamos de algum modo contribuir para melhorar esses indicadores o mais rápido possível. Afinal, a privação de direitos e a pobreza material de nossas crianças são o espelho da miséria moral das gerações mais velhas".

Texto: Antônio Gomes (Dicom/**TCE**-**GO**); Foto: **TCE**-TO

Diretoria de Comunicação

Tel: (62) 3228-2697 / 3228-2699 / 3228-2899

E-mail: imprensa@**tce**.**go**.gov.br

Site: https://portal.tce.go.gov.br/-/autoridades-lancam-compromisso-tocantinense-pela-primeira-infancia

Gaepe recomenda obrigatoriedade de CPF nas matrículas escolares de Goiás

A Redação

Goiânia - O Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política da Educação no Estado de **Goiás** (**Gaepe**-GO) divulgou, nesta sexta-feira (5/5), nota técnica que recomenda aos gestores escolares que solicitem, obrigatoriamente, o Cadastro de Pessoa Física (CPF) no ato de solicitação ou efetivação de matrícula escolar de novos alunos. A medida tem o objetivo de garantir a fidedignidade das informações de cadastro de estudantes coletadas no âmbito escolar, evitando duplicidade de cadastro, utilização de CPF de terceiros e outros problemas recorrentes.

A nota também recomenda aos secretários municipais e estadual de Educação que realizem campanhas ou mutirões para a emissão de documentos pessoais à comunidade estudantil, sobretudo emissão do CPF, em parceria com instituições públicas e privadas.

Para alcançar esse objetivo, o **Gaepe** propõe às pastas que firmem parcerias com órgãos emissores de documentos e permitam a utilização dos prédios escolares em finais de semana para realização das campanhas e mutirões, divulgando nas mídias tais ações, destacando a importância do documento e mobilizando a sociedade a fazê-lo.

Leia a nota técnica

Sobre o **Gaepe**-GO

O Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política da Educação no Estado de **Goiás** (**Gaepe**-GO) é uma governança horizontal que reúne gestores dos governos estadual e municipais, órgãos de controle, Sistema de Justiça e sociedade civil. Instalado em julho de 2020 para combater os reflexos da pandemia de covid-19 na Educação, passou a ser permanente e tratar também de desafios estruturantes do setor.

A iniciativa é coordenada pelo Instituto Articule e tem apoio operacional do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**-GO) e do Tribunal de Contas dos Municípios de **Goiás** (TCM-GO) e conta com a cooperação da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e do Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB).

Site:
https://www.aredacao.com.br/noticias/186903/gaepe-recomenda-obrigatoriedade-de-cpf-nas-matriculas-escolares-de-goias